



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

EDUCAÇÃO NA BAHIA EM 1930: EMBATES ENTRE A BURGUESIA ASCENDENTE E OLIGARQUIA LATIFUNDIÁRIA

Josenilda Pinto Mesquita*
(UNEB)

Alfredo Eurico Rodrigues Matta**
(UNEB)

RESUMO

O trabalho objetiva o desenvolvimento de uma análise através dos jornais de 1930 sobre a disputa entre a burguesia ascendente e a oligarquia tendo como campo de atuação a educação na Bahia. Para tal trabalhamos com uma abordagem materialista da história percebendo a luta classes como fator primordial na análise das fontes.

PALAVRAS-CHAVE: História; Educação; Luta de classes.

INTRODUÇÃO

A educação sempre esteve atrelada ao direcionamento do sujeito, pois traz a possibilidade de moldar estes de acordo aos interesses daqueles que mantivessem o seu domínio. Nesta perspectiva, o presente trabalho teve por objeto de estudo os embates entre a Burguesia Baiana e a Oligarquia Dissidente, que resistiu às modificações impostas no âmbito educacional na década de 1930, após a Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: josymesquita@gmail.com.

** UNEB. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: alfredo@matta.pro.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O presente trabalho é resultado de pesquisas sobre a participação dos jornais baianos como instrumento em disputas, entre a *práxis* social burguesa, que estava construindo sua hegemonia, após o golpe imposto à Bahia em 1930, e a *práxis* social senhorial, tradicional, da oligarquia baiana, que resistiu ao crescimento da presença burguesa na sociedade.

A partir do contexto dos anos 1930, e das tensões que a Bahia vivenciou, visto que, cada grupo procurou manter sua política hegemônica sobre a educação, o MEC foi criado no governo de Getúlio Vargas, considerando a educação enquanto ponto culminante para a ascensão da classe burguesa sobre a oligarquia, devido ao papel da educação, enquanto formadora de opiniões e “mentes”.

A Bahia e a Educação antes de 1930

No período colonial a estrutura educacional estava ligada a Companhia dos Jesuítas, esta objetivou suprir a necessidade da metrópole, tornar os Índios mais “dóceis” e fáceis de serem aproveitados como mão-de-obra. No período Imperial os níveis de instrução também sofrem com a instabilidade política e insuficiência de recursos.

As escolas de primeiras letras são em número reduzido, como limitado é o seu objetivo, seu conteúdo e sua metodologia. Elas enfrentam problemas dos quais se tem notícia através dos relatórios dos ministros da época: era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante (RIBEIRO, 1991, p. 47).

Nessa sociedade a influência do Senhor esteve ligada ao crescimento de seu prestígio, que variou com o acúmulo de dependentes de recursos. Na Bahia, esta



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

dependência ocorreu através da posse de terras, pois parte da população esteve ligada ao rural e o critério para a posse foi à descendência portuguesa e herança familiar.

A formação profissional da sociedade senhorial era feita informalmente. Os artífices e artesãos e demais trabalhadores aprendiam seus ofícios por meio do convívio com os mais velhos. Aliás, esta era a forma de educação existente entre os índios antes do descobrimento (MATTA, 2002, p. 11).

No âmbito educacional percebemos dois modelos: a educação do Fidalgo baseou-se em um conhecimento sem utilidade prática, pois não exerciam a função profissional e a educação do Camponês, com caráter hereditário, voltado para o trabalho braçal. (GONÇALVES, 2002)

Com a ascensão Burguesa, percebe-se o ensino profissionalizante, e o aparecimento de instituições, cujas competências, nota e qualitativo, lhe beneficiou com os melhores. “O príncipe tinha clara a necessidade de escolas que facilitassem o aprendizado dos ofícios e o surgimento de fábricas.” (MATTA, 1999, p. 45) Portanto, tem-se neste momento a convivência de classes antagônicas, uma baseada nas relações de prestígios e seus benefícios e outra no acúmulo de capital.

O ato presidencial de 1881 trouxe reformas ao ensino; a instituição do jardim de infância, o ensino de pedagogia, disciplinas de ciências naturais e a instituição de escolas primárias, mas foi com o advento da república, “O primeiro projeto nacional de poder burguês brasileiro” (MATTA, 1999, p. 44) que a educação burguesa teve uma presença mais forte.

A Proclamação da República, mesmo com resistência, significou uma mudança política, e foi aclamada em todo o país. Na Bahia, no governo provisório destacou-se as idéias de Manuel Vitorino, que em um período curto de mandato



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

redigiu e assinou atos que legislaram a educação, apesar de não ter sido colocado em prática.

Dentre os vários atos de Manuel Vitorino em seus cinco meses de governo do Estado federado da Bahia, nove deles se referem especificadamente à questão da educação, estabelecendo a sua obrigatoriedade, criando fundos escolares, permitindo a educação privada, reformando a instrução pública, baixando medidas de regulamentação da higiene escolar, criando um conselho superior de ensino (NUNES, 1998, p. 27).

Os conhecimentos de Vitorino, acerca de modelos educacionais da Revolução Francesa, serviram de base na tentativa de reformas e expansão da rede de ensino, utilizando os censos e o alistamento escolar para conhecimento de localidades carentes de escolas e com jovens em idade escolar (NUNES, 1998).

A constituição Republicana promulgada em 1891 destacou a obrigatoriedade de eleições e novas competências sobre a educação: “No parágrafo 6º do artigo 109 estabeleceu que a educação era da competência dos municípios. Podiam criar, transferir e suprimir escolas” (TAVARES, 2000, p. 226). Esta fortaleceu as oligarquias à medida que concedeu poder as regiões. “Ao apoiar as oligarquias vencedoras, concedia-lhes prestígio e alimentava seu jogo de poder e articulação interna, satisfazendo-as” (MATTA, 2004, p. 37).

Assim, mesmo com a chegada da república, manteve-se o sistema de dependência e “uma massa predominantemente rural, mentalmente paralisada pelo paternalismo e pelo analfabetismo, carente em face da estrutura social vigente e do complicado processo de votação, de quem as protegesse e as conduzisse até as urnas” (SAMPAIO, 1998, p. 69).

O crescimento da cidade fomentou novas reformas, dando um caráter mais urbano; até para comportar o contingente populacional do período, contribuindo com



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

a nova fase republicana a partir de 1912, com a ascensão de J. J. Seabra e a instalação de medidas burguesas no país. “O ambiente urbano facilitava o surgimento da noção de cidadania, das relações de trabalho capitalistas e de um mercado burguês, criando condições para o surgimento de novos princípios de participação política e de estratégia para conquista de poder” (RIBEIRO, 1991, p. 67).

No plano educacional destacou-se à tentativa de continuidade da Reforma Vivaltica, iniciada em 1911⁵⁸⁸, aboliu-se o diploma em favor dos certificados de aproveitamento, portanto, “os problemas reais agravavam-se e, no dia-a-dia escolar, profissionais e alunos solucionavam como podiam, isto é, improvisadamente e, portanto, também de forma ineficiente” (RIBEIRO, Op. Cit., p. 74).

Com o fim do mandato, Seabra não poderia segundo a constituição, tentar reeleição, assim apoiou Antonio Moniz e permaneceu conduzindo a política baiana. Moniz não teve um bom governo, pois “a crise econômico-financeiro que, na Bahia como no Brasil de forma geral foi agravada com a primeira guerra mundial, contribuiu para a debilitação do governo e o fortaleceu a oposição” (SAMPAIO, Op. Cit., p. 136).

Diante da instabilidade financeira, iniciou-se em 1918, o movimento de greve dos professores, que segundo a constituição deveriam ser pagos pelo Município, e estavam à três anos sem remuneração, devido a retaliação da Oligarquia, que resistiu à educação burguesa. Os professores fecharam as portas das escolas e mantiveram o movimento até a aprovação da lei 1.293, que passou o pagamento para responsabilidade do Estado. Um ano depois, outras greves eclodiram iniciada com os Carpinteiros e Pedreiros; tomando proporções com os trabalhadores de transportes e fábricas.

⁵⁸⁸Determinava a necessidade de retorno das idéias positivistas na educação, tentando instituir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do principio da liberdade espiritual, liberdade de ensino e liberdade de frequência, anteriormente utilizada.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A falta de habilidade de Moniz desestabilizou o segundo mandato de Seabra, este para permanecer na política baiana aceitou concessões, inclusive entregando a administração dos municípios aos coronéis, que retomaram sua autonomia, não mais submissos ao Governo Estadual e em alguns momentos trataram diretamente com o Governo Federal.

A oligarquia que retornou ao poder com Seabra foi presente no governo de Goes Calmon, que mesmo com a política de favores, objetivou através das idéias de Anísio Teixeira, Inspetor da Educação Pública, reformar o sistema educacional inserindo as novidades da educação europeia.

O problema da educação da criança reúne os mais complexos e variados aspectos.

Em redor da escola primaria enxameiam, ruidosas e inquietas, questões de psicologia e sociologia. A lei vigente organizou o ensino primário sem a preocupação desses problemas. A Bahia que temos a nossa frente e que a escola primaria se propõe a educar é, além da Bahia mais ou menos civilizada de algumas cidades, a Bahia rudimentar e sertaneja, de pequenos agricultores elementares, de vaqueiros e criadores primitivos de pescadores e operários rurais aventureiros e nômades (TEIXEIRA, 1925).

As idéias de Teixeira foram muito avançadas para o governo, que tentou demonstrar-se modernizador, mas foi em sua essência oligárquico, mesmo escondido através do Bacharelismo não retirou sua relação de prestígio e reprodução social, fruto da prática oligárquica do período.

Para os coronéis, destinar educação aos dependentes era minar seu sistema, pois o contato com o pensamento burguês poderia ter um resultado negativo, principalmente nas urnas. “Interessava aos políticos que o individuo apenas pudesse arranhar o nome, condição essencial para excluí-lo do rol dos analfabetos e torná-lo, em consequência apto a votar” (SAMPAIO, Op.Cit., p. 209).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O golpe de Vargas e a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública

As eleições em 1930 ocorreram, em meio ao contexto da crise de 1929, Julio Prestes foi eleito e logo a Aliança Liberal acusou o governo de fraude, prática comum do período, mas neste momento as articulações em torno do golpe de estado se fizeram presente. “A 30 de maio, Vargas lançou um manifesto denunciando as fraudes e compreensões praticadas pelas mesas eleitorais, cujos truques e ardis a mesma legislação eleitoral estimulava e propiciava”. (SKIDMORE, 1982, p. 22)

O estopim para a revolta armada foi o assassinato de João Pessoa, mesmo não sendo uma situação atípica, refletiu na revolução, tal momento de tensão que esteve instalado. “A revolta começou como programado com Vargas exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a marcharem sobre o Rio de Janeiro” (SKIDMORE, Op. Cit., p. 33).

Uma junta esteve na presidência até 3 de novembro, quando Vargas, assumiu em caráter provisório. Na Bahia, a oligarquia demonstrou-se resistente ao interesse burguês, Vargas passou a nomear interventores aos estados, a fim de manter seu controle. “Em poucas palavras, pode-se afirmar que a revolução de 1930, através das ações de um Estado estruturante – soprou o moderno espírito burguês – industrial no corpo social de um Brasil ainda predominantemente agrário” (RODRIGUES, 2007, p.160).

Vargas não deixou alternativas para a oligarquia baiana, que diante do avanço burguês, demonstrou - se dividida em Cooptada e Dissidente, a primeira foram as oligarquias que objetivaram permanecer com seus domínios, e para tal atenderam ao capital nacional, ou seja, permaneceram com o seu domínio interno, mas atendendo as necessidades de São Paulo. Já os dissidentes foram a outra parte da Oligarquia, que



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

resistiu aos mandos burgueses e uniu-se ao capital multinacional, que apoiou sua resistência e mandos em seus redutos.

Em meio às disputas, o âmbito escolar foi o local de propagação da ideologia dominante; pois a hegemonia Burguesa firmou-se através deste. “Vargas entendia que o ensino obrigatório era inócuo, pois o que importava antes de tudo era a multiplicação de escolas, abundância de transporte e bons professores” (VENÂNCIO, 2001, p.94).

Travou-se um verdadeiro embate entre o modelo de educação que atendia aos coronéis e aquele que saciou a burguesia, pois enquanto a oligarquia que atendia aos anseios da burguesia paulista tentou através da criação de novas escolas, inserir suas idéias, aqueles que atendiam aos interesses contrários, resistiram e boicotaram os projetos educacionais, com o não pagamento dos salários e desestímulo aos agregados. “A classe até então hegemônica dos latifundiários cafeicultores é forçada a dividir o poder com a nova classe burguesa emergente” (FREITAG, 1980, p. 37).

A educação estava inserida nestas disputas, pois onze dias após assumir o governo, Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que ficou sob a responsabilidade de Francisco Campos.

Art. 1 Fica creada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sem argumento de despesas.

Art. 2 Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assumptos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. (Decreto No 19.402, 14/11/1930)

É importante perceber que o interesse da burguesia paulista na criação do MEC, esta também na massificação e uniformização dos padrões de consumo, pois objetivou alimentar o elemento que facilitou o controle social e abriu o mercado



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

consumidor, disseminando as idéias paulistas em outros estados através da educação.

Esta criação foi o ponto de partida para mudanças na educação do Brasil. (FREITAG, 1980) Vargas absorveu algumas medidas de Vitorino, alimentou a idéia de educação para a vida, necessidade de preparação técnico-científica, e qualificação de mão-de-obra para o trabalho. “Além de uma vaga personalidade do educando, a educação tinha compromisso para a vida social e o trabalho produtivo, passando a temática à figura em leis e projetos de escolarização” (HORA, 2006, p. 6).

É importante salientar que estas práticas limitou-se a São Paulo e que a Bahia foi forçada a participar do golpe, através da Oligarquia Cooptada, que tentou inserir os moldes da burguesia, e que: “a submissão das oligarquias a partir de 1930 não apresentou o seu fim, e nem mesmo o fim das antigas estratégias de aliança pessoal, articulações e clientelismo para a conquista do prestígio e do poder” (MATTA, Op. Cit., p. 46).

A partir do conhecimento deste contexto procurou-se compreender não somente a ascensão e o papel da burguesia paulista na educação baiana em 1930, mas também os jornais como instrumento utilizado pela Oligarquia Cooptada, e pela Dissidente, através de uma política hegemônica, que teve como campo de atuação a educação.

O testemunho da Imprensa

Antes de realizar a análise da atuação dos jornais baianos sobre a educação, faz-se necessário compreender o papel da imprensa e seus interesses, em que se percebe a não neutralidade destes e sua ligação com o modo de reprodução



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

capitalista, atuando entre as massas de forma ágil na disseminação de informações que alimentava o seu jogo de poder.

O Brasil em 1930 vivenciou as tensões que se desencadeou o golpe de 1930, estas foram divulgadas constantemente pelos jornais da época. Na Bahia, percebe-se a imprensa diariamente acompanhando a revolução, tal o número de notícias que encontramos nos exemplares do mês de outubro de 1930.

Tendo os jornais como instrumento de manipulação das massas, os governistas exaltaram a figura de Vargas e demonstrou uma Bahia calma diante das tensões que o Brasil vivenciava. Títulos constantes eram: “Apesar da situação anormal em que se encontra o Paiz, a Bahia até agora tem se mantido em perfeita calma.”⁵⁸⁹

Analisando o contexto e o Jornal, percebe-se que esta situação de “calmaria” esteve distante do que vivenciou a Bahia em 1930, tal o número de matérias, com apelo à imprensa para tranquilizar a população, abstendo-se de notícias com caráter alarmante e justificando as agitações como boato, ou algum movimento que sem ligação com o momento revolucionário. Assim percebe-se a necessidade de camuflar a atuação da oligarquia baiana.

A curiosidade pública, nos momentos como os que atravessamos, fica tão excitada, que por maiores que sejam as providencias de caracter repressivo tomada pela policia, é sempre dificil impedir a circulação das informações tendenciosas ou falsas, deambulando com a verdadeira. A única coisa que podemos acrescentar é que, reinando ordem e paz na Bahia, toda a população deve conservar-se calma e confiante nas medidas que vão sendo executadas pelos poderes competentes.⁵⁹⁰

589 Acervo da Biblioteca Pública do Estado. Setor: Documentos raros. Jornal “Diário da Bahia”. 14/10/1930. Ano: 75, terça-feira, no 239, p. 1. Salvador, Bahia.

590 Acervo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Jornal “Diário de Notícias”. 7/10/1930. Ano: LV, terça-feira, no 8013. Salvador, Bahia



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Diante destas evidências pensa-se a imprensa como instrumento tendencioso, em apoio a imposição da prática burguesa na Bahia, que contribuiu com os ataques a resistência da oligarquia dissidente. No âmbito educacional os jornais tiveram sua parcela na tentativa de inserção do pensamento burguês e redução da atuação oligárquica contrária, que permanecia atuante. “A politicalha desenfreada que impera nos municípios do interior do Estado é o maior cancro que se pode emaginar, a combater e atrophiar a vida econômica e a moralidade administrativa.”⁵⁹¹

Analisando os jornais: “Diário da Bahia”, “Folha do Norte” e “Diário de Notícias” de janeiro a dezembro de 1930, encontrou-se notícias que tratavam a urgência de abertura de escolas, tal como: “Abrir escolas é fechar cárceres.”⁵⁹² justificando o surto de criação de escolas na década de 1930.

Percebe-se que mesmo com a abertura de escola, o índice de matrículas era desproporcional ao número de habitantes, que desencadeou uma campanha, por parte da burguesia na tentativa de demonstrar a educação como o caminho para a saída da miséria. “Pela Instrução na Bahia. A má educação é sem dúvida o principal fator das misérias do povo, portanto, pelos novos educadores que devemos principiar.”⁵⁹³

A conscientização pela instrução foi a estratégia burguesa para inserir seu pensamento, utilizando exemplos de outros Estados. “O ensino do Paraná e as contribuições das escolas particulares para combater o analfabetismo no Paraná.”⁵⁹⁴ E a Conferencia Brasileira. “Aprender mais para ensinar melhor. Bahia na Conferencia Educacional Brasileira. Campanha em prol da abolição do analfabetismo.”⁵⁹⁵ A fim de

591 Idem. Jornal “Diário da Bahia”. 22/11/1930. Ano: 75, sábado, n. 273, p. 1. Salvador, Bahia

592 Acervo da Biblioteca Pública do Estado. Setor: Documentos raros. Jornal “Folha do Norte”. 6/12/1930. Ano: XXII, sábado, nº 1116, p. 1. Feira de Santana, Bahia.

593 Idem. Jornal “Diário da Bahia. 6/11/1930. Ano: 75, quinta-feira, nº 259, p. 3. Salvador, Bahia.

594 Acervo IGHB. Jornal “Diário de Notícias.” 8/11/1930. Ano: LV, sábado, no 8013, p. 1. Salvador, Bahia

595 Idem, 15/11/1930. Ano: LV, sábado, no 8020, p. 1. Salvador, Bahia



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

quebrar os redutos oligárquicos que mantinham-se freqüentes. Mesmo assim, o Estado viveu constantes crises, justificadas como problemas universais ou decorrentes do governo passado.

Crise na Educação é Universal

Não há duvida. A crise da escola primaria. Vem natural e necessariamente da interrupção que se operou abruptamente, com guerra, no aparelho de ensino primário como factor de progresso econômico nacional e post-belluns, pela subvenção imposta pelas camadas necessidades da indústria, inclusive de civilização.⁵⁹⁶

Constantes reportagens sobre o pagamento de salário dos professores foram elencadas ao governo anterior, apontou-se: “Há professores que há seis meses não deitam a mão em um níquel de tostão.”⁵⁹⁷ E assim decorreu durante os meses de novembro e dezembro de 1930, com justificativas seguidas, apontando o governo anterior como responsável pelo problema da educação, inclusive ressaltando a dificuldade na reorganização dos municípios.

A análise dos jornais demonstrou que o avanço na educação dos anos 1930, ocorreu no quantitativo de escolas, mas sem professores estimulados, já que o problema de remuneração foi presente. Podendo até estar ligado ao governo anterior, mas a Burguesia Baiana, não conseguiu contornar neste período de acomodação. Esta disputa nos remete a Marx: “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes.”⁵⁹⁸ Tal o panorama de tensões existente, entre duas classes

596 Acervo da BPEB. Jornal “Diário da Bahia”. 16/11/1930. Ano: 75, domingo, no 268, p. 1. Salvador, Bahia.

597 Idem.

598 MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. In: Manifesto do Partido Comunista. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>. Acesso em 12/09/2007.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

antagônicas que objetivavam o domínio das massas, tendo como campo de disputas a educação.

CONCLUSÕES

A educação teve importância nos embates políticos do período republicano, pode-se evidenciar, desde as reformas propostas por Manuel Vitorino, até a instituição do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930 as tentativas, de hegemonia burguesa na educação, como estratégia política em sua ascensão, tendo por sua vez a resistência oligárquica e sua relação de prestígio.

O trabalho objetivou analisar as disputas através dos jornais, instrumentos na luta de classes que foi travada em 1930, tendo a educação, como já descrito com o papel primordial, pois aquele que tivesse o controle desta poderia moldar o indivíduo de acordo aos seus interesses.

Ao término desta percebe-se a veracidade do pensamento de Antonio Gramsci sobre a educação, em que esta cumpre muito bem o seu papel na transmissão do comportamento, pois tinha em 1930 e dada as suas devidas proporções, para não cometer anacronismo, ainda tem um papel fundamental na transmissão de uma constelação de valores, que visa disciplinar o indivíduo, uma vez que estas classes devem ser mantidas sob controle, e este controle ocorre através do que é transmitido pela educação.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

REFERÊNCIAS

- Jornal Diário da Tarde. Ilhéus – Bahia de outubro a dezembro de 1930
Jornal Diário da Bahia. Salvador – Bahia de outubro a dezembro de 1930
Jornal Folha do Norte. Feira de Santana – Bahia de outubro a dezembro de 1930
FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980.
GONÇALVES, Alan Blanco. *Uma UFBA na mão e uma idéia na cabeça: Influências da UFBA sobre o cinema novo* in História em Revista: Aspectos da Bahia Republicana. Salvador: UCSAL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
HORA, Dayse Martins. *Medicalização, Escola nova e Modernização da Nação*. 1930-1945. Disponível em [www. Histedbr.fae.unicamp.br](http://www.Histedbr.fae.unicamp.br).
MATTA, Alfredo. *Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.
_____. *Educação: Ferramenta para ascensão da Burguesia na Bahia Republicana*. In História em Revista: Aspectos da Bahia Republicana. Salvador: UCSAL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
NUNES, Antonietta. *O início da República na Bahia. Surpresas Tensões, Acomodações...* In Contra Ponto. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1998
_____. *O primeiro governador da Bahia republicana e seu projeto de reforma educacional*. In Contra Ponto. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1998.
RIBEIRO, Maria Luiza. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez, 1991.
RODRIGUES, José. Formar homens que o Brasil necessita, era a tarefa da educação: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. In Revista HISTEDBR on line. Campinas, nº26, 160-182, jun. 2007, p. 163. Disponível em: www.periodicosapes.gov.br
SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: Uma política de acomodação*. Salvador, editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
TEIXEIRA, Anísio. *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 65, n.150, maio/ago. 1984. p. 407-425.